

INTERLEGIS BRASIL

Por um Legislativo moderno e integrado

Site do TSE ajuda eleitor a escolher candidatos

Desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral, o divulgacand2012.tse.jus.br traz informações detalhadas sobre candidatos a prefeito, vice e vereador

Pág. 4



Fábio Rodrigues Pozzebom/ABr

5º EnGitec: profissionais de TI defendem maior transparência dos governos

Pág. 2

Casas legislativas investem na gestão da qualidade e ganham selo

Pág. 3

Eduardo Ishiz/Câmara de Ribeirão Preto



Profissionais de tecnologia da informação trocam experiências no Interlegis

Tecnologia contribui para acesso público à informação

Em encontro no Interlegis, gestores debatem ferramentas de suporte legislativo

O 5º Encontro Nacional do Grupo Interlegis de Tecnologia (EnGitec) reuniu 235 profissionais de tecnologia da informação na sede do Interlegis, em Brasília, entre 20 e 24 de agosto. O evento, anual, busca promover a atualização tecnológica dos participantes com palestras, minicursos e mesas-redondas. O tema deste ano foi “A Lei de Acesso à Informação e o papel da TI nas Casas legislativas”.

Na abertura, o diretor do

Interlegis, Haroldo Tajra, informou que será criada uma rede social para a comunidade legislativa e pediu sugestões de nomes. O lançamento será na cidade do participante cuja sugestão for escolhida. Doris Peixoto, diretora-geral do Senado, ressaltou a importância de eventos que abordem a tecnologia da informação.

Foram diversas palestras com especialistas de vários países e 12 minicursos sobre ferramentas tecnológicas que dão suporte às atividades legislativas.

Além do encontro, foi realizado o Plone Symposium South America, promovido pelas comunidades Plone da América do Sul, PloneGov-BR e Plone Foundation. O Plone é um dos sistemas de gerenciamento de conteúdo mais utilizados hoje

para criar os portais do governo, inclusive no Senado.

Segundo os organizadores, outro objetivo foi apresentar casos de sucesso de aplicação desse sistema — na iniciativa privada e em governos —, a evolução tecnológica e boas práticas de desenvolvimento.

Desenvolvedores

Também aconteceu um *sprint* — esforço conjunto de desenvolvedores. A metodologia aplicada ajudou a melhorar as aplicações e contribuir com a comunidade de *software* livre.

O diretor de Sistemas de Informação do Ministério do Planejamento, Corinto Meffe, defendeu que o governo precisa dar à sociedade todo tipo de dado, desde que não seja sigiloso.

Já o representante da SEA Tecnologia, Alexandre Gomes, afirmou ser preciso uma transformação social para que a sociedade seja mais participativa na gestão pública. Ele destacou os modelos de transparência adotados pelo Senado, pela Controladoria-Geral da União e pela Previdência Social.

No entanto, para ele, o Brasil está atrasado nessa área, apesar de ser líder da Open Government Partnership, organização que visa promover a parceria para um governo aberto, que garanta maior acesso às informações públicas, aumente a participação cívica, combata a corrupção e aproveite as novas tecnologias para tornar os governos mais transparentes, eficazes e responsáveis diante dos cidadãos.

Interlegis lança Projeto Câmara Municipal Verde

Foi lançado em Jaguarão (RS), em agosto, o Projeto Câmara Municipal Verde, de capacitação para a formulação e efetivação de projeto ambiental sustentável. Trata-se de parceria do Interlegis com o Programa Senado Verde. A oficina reuniu representantes de secretarias de Desenvolvimento Rural e de Meio Ambiente e de instituições de ensino. Os planos de ação serão supervisionados pelo arquiteto Mário Viggiano.

Meta de convênios é superada

O Interlegis assinou 260 convênios com câmaras e assembleias desde o ano passado. A meta acordada com o BID é que, até dezembro de 2013, fossem publicados 168 termos de compromisso. Foram realizados 325 diagnósticos. Até dezembro, o programa planeja atingir 350, um ano antes do prazo final.

Diagnósticos

Diagnósticos realizados em julho e agosto

- ▶ AP: Santana e Oiapoque
- ▶ RS: São Jerônimo, Arvorezinha, Xangri-Lá e Fortaleza dos Valos

Nova redação para regimentos internos

Onze consultores contratados, desde julho, pelo Interlegis por meio de parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para revisão de regimentos internos e lei orgânicas em 110 câmaras municipais levantam documentos e propõem novas redações.

Mês passado houve videoconferências para avaliação do trabalho, que serão repetidas até 16 de outubro. O consultor legislativo Paulo Soares, que supervisiona o processo, verificou aspectos técnicos dos primeiros relatórios e repassou aos consultores em que pontos a tarefa pode melhorar.

Segundo a gestora Telma Venturelli, todas as Casas beneficiadas nesse primeiro momento fazem parte do Projeto de Modernização Legislativa.

Cidades que passam pela revisão

- ▶ **AL:** Arapiraca e Penedo
- ▶ **AM:** Itacoatiara
- ▶ **BA:** Brumado, Feira de Santana, Guanambi, Juazeiro, Luís Eduardo Magalhães, Paulo Afonso, Teixeira de Freitas, Utinga e Vitória da Conquista
- ▶ **ES:** Bom Jesus do Norte, Cachoeiro do Itapemirim, Domingos Martins, Marilândia, Pancas, Pinheiros, São Gabriel da Palha, São José do Calçado, São Mateus e Venda Nova do Imigrante
- ▶ **GO:** Alto Paraíso, Cristalina, Gouvelândia, Jataí, Pires do Rio e Valparaíso de Goiás
- ▶ **MA:** Bacabal, Caxias, Humberto de Campos, Itapecuru-Mirim e Pinheiro
- ▶ **MG:** Carneirinho, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Manhumirim, Montes Claros, Patos de Minas, Pouso Alegre, Sabará e Teófilo Otoni
- ▶ **MS:** Água Clara, Aquidauana, Corumbá, Coxim e Taquarussu
- ▶ **PA:** Ananindeua, Marabá e São Félix do Xingu
- ▶ **PB:** Alhandra, Bananeiras, Barra de Santa Rosa, Bonito de Santa Fé, Caaporã, Cajazeiras, Esperança e Patos
- ▶ **PI:** Avelino Lopes, Curimatá, Jaicós e Pedro II
- ▶ **PR:** Apucarana, Arapoti, Cambé, Campo Largo, Cianorte, Goioerê, Guarapuava, Morretes, Palmas, Paranaguá, Prudentópolis, Telemaco Borba, Toledo e União da Vitória
- ▶ **RJ:** Itaperuna e Pirai
- ▶ **RN:** Apodi, Caicó, Ceará-Mirim, Espírito Santo, João Câmara, Messias Targino, Mossoró e Tibau do Sul
- ▶ **RS:** Agudo, Barra do Ribeiro, Caxias do Sul, Coqueiros do Sul, Ibirubá, Itaqui, Lagoa Vermelha, Santa Bárbara do Sul, Santa Maria, Uruguaiana e Vacaria
- ▶ **SC:** Nova Erechim
- ▶ **SP:** Campos do Jordão, Fernandópolis, Jundiá, Louveira, São José do Rio Preto, Votorantim e Votuporanga
- ▶ **TO:** Gurupi, Palmas e Paraíso do Tocantins

Servidores de todo o país fazem curso de Cerimonial Legislativo

Em 3 e 4 de setembro, 57 servidores de várias partes do país participaram do curso presencial de Cerimonial no Ambiente Legislativo, desenvolvido e aplicado por Francisco Etelvino Biondo, diretor de Formação e Atendimento à Comunidade Legislativa do Interlegis.

Foram apresentados a história, os conceitos básicos e os procedimentos e técnicas necessários

para o planejamento e a realização de cerimônias e eventos no âmbito do Poder Legislativo.

O curso também é oferecido a distância pelo sistema Saberes (*saberes.interlegis.gov.br*) em quatro módulos: “História e conceitos básicos”, “Cerimonial público”, “Emprego e utilização dos símbolos nacionais” e “Planejamento de cerimônias: critérios de procedência”.



Pessoas de todas as regiões participam do curso presencial, em Brasília

Luiz Freitas/Senado Federal

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo — Interlegis

Diretor nacional do Programa Interlegis: Senador Cícero Lucena

Secretaria Especial do Interlegis

Diretor: Haroldo Feitosa Tajra
Diretora-adjunta: Mariângela Cascão
Diretores das subsecretarias: Cláudio Cavalcante, Francisco Biondo, João Marcelo Novais, Ricardo Ramos e Suélio de Sousa e Silva

Diretor: Francisco Etelvino Biondo
Editor responsável: Luiz Carlos Santana de Freitas
Editora: Letícia Borges
Apoio técnico e revisão: Jornal do Senado
Estagiários de jornalismo: Everton Lagares, Gabriela Vogado, Leticia Pires e Wéllida Resende
Projeto gráfico, arte e diagramação: Bruno Sartório, Cássio Costa, Claudio Portella, Iracema da Silva, Mauricy Mansur e Ronaldo Alves
Impressão: Seep — Senado Federal

Capa: reunião da Cúpula Mundial de Legisladores na Assembleia do Estado do Rio de Janeiro

Via N2, Anexo E - 2º andar - Senado Federal - CEP 70165-900 - Tel.: (61) 3303-1049

Começa em novembro curso para desenvolver softwares

De 5 a 9 de novembro, haverá em Brasília curso presencial gratuito para designers, desenvolvedores de *software* e interessados em conhecer a linguagem de programação

Python, o Plone e o Zope. Inscrições podem ser feitas em www.interlegis.leg.br. O instrutor será Fabiano Weimar dos Santos, mestre em Inteligência Artificial pela Universidade

Federal do Rio Grande do Sul.

Higino Vieira, um dos responsáveis pela iniciativa, diz que o alvo são os usuários que hoje utilizam apenas as áreas administrativas das ferramentas tecnológicas do Interlegis, para que conheçam mais as funcionalidades da plataforma.

Casas reconhecidas por gestão de qualidade

Câmaras municipais e assembleias legislativas recebem certificação internacional por gestão moderna e transparente

Cresce o número de câmaras e assembleias que investem na gestão da qualidade dos processos legislativos e administrativos.

Ao otimizar os recursos e racionalizar o trabalho, algumas acabam sendo reconhecidas por entidades certificadoras mundialmente respeitadas, como a International Organization for Standardization (ISO).

A “cartilha” da ISO determina

que, para conseguir a certificação, a organização interessada tem de efetuar ações pontuais e genéricas em praticamente todos os processos. São exigidos procedimentos nas áreas administrativa, financeira, de processos de gestão, de recursos humanos, de tecnologia da informação e de processo legislativo.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), representante oficial da ISO no Brasil,

informou que existem cerca de 50 certificadoras creditadas pela ISO no país. As assembleias do Amazonas, do Ceará, de Pernambuco e de São Paulo já foram certificadas.

Entre as câmaras municipais, a de Barueri (SP) sustenta ser a primeira a conquistar o reconhecimento. Além da ISO 9001, relativa à gestão da qualidade, a Casa tem a certificação ISO 14000, pela gestão ambiental, e a SA 8000, pelo apoio técnico ao Poder Legislativo.



Marco Maia assina acordo com Legislativos estaduais e municipais

TV legislativa aberta vai chegar a mais quatro estados

As assembleias de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraná e Acre e as câmaras de Natal e Curitiba assinaram com a Câmara dos Deputados acordo para a expansão da Rede Legislativa de Televisão. A cerimônia, em 5 de setembro, foi realizada no gabinete do presidente da Casa, deputado Marco Maia, em Brasília.

A expectativa é que, até o final deste ano, esteja implantado nesses estados o sistema, fruto de parceria entre o Senado e a Câmara dos Deputados. Desde março, as duas Casas do Congresso trabalham juntas para dotar os Legislativos estaduais e municipais de canais abertos. Hoje, a maioria dos canais legislativos estão disponíveis somente nas TVs por assinatura e antenas parabólicas. Só alguns contam com canais UHF.

Segundo os operadores da nova rede, a tecnologia digital permite ao telespectador das cidades onde já existe essa

forma de transmissão escolher entre quatro programações diferentes, 24 horas por dia, no mesmo canal: o 61. Por exemplo, a TV Assembleia de Minas Gerais pode ser captada no canal 61.2, a TV Senado, no 61.3, e a TV Câmara, no canal 61.1. O canal 61.4 está reservado às câmaras municipais da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Algumas emissoras paulistas aguardam autorização do Ministério das Comunicações para atuar no sistema compartilhado: Jaú, Barretos e Ribeirão Preto. Porto Alegre entrou na rede em 11 de setembro.

A Câmara começa agora a identificar outras Casas interessadas em aderir ao projeto, para solicitar autorizações ao Ministério das Comunicações. O objetivo é universalizar o sinal da TV Câmara, da TV Senado e das TVs legislativas parceiras, ampliando a transparência e a participação popular no Poder Legislativo.



Vera Brandão (E) e equipe de Gestão de Qualidade da Câmara de Salvador

ISO 9001

Câmaras já certificadas

- ▶ **BA:** Luís Eduardo Magalhães e Salvador
- ▶ **MG:** Ipatinga
- ▶ **PR:** Colombo e Curitiba
- ▶ **RS:** Gramado
- ▶ **SC:** Joinville
- ▶ **SP:** Assis, Barueri, Santana de Parnaíba, Bragança Paulista, Avaré, Hortolândia, Osasco, Ribeirão Preto e Sorocaba

Entidade ISO está presente em 150 países

A International Organization for Standardization (ou, em tradução livre, Organização Internacional para a Padronização) é uma organização não governamental sediada em Genebra, na Suíça, e que existe desde 1947.

Presente em mais de 150 países, promove a normatização de produtos e serviços, para que a qualidade deles seja permanentemente melhorada.

A categoria 9001 estabelece requisitos que auxiliam a melhoria dos processos internos, a capacitação dos profissionais, o monitoramento do ambiente de trabalho e a verificação da satisfação dos clientes, colaboradores e fornecedores.

Aspectos considerados na certificação ISO 9001

- Responsabilidade da direção
- Sistema da qualidade: análise crítica de contratos
- Controle de projeto
- Controle de documentos
- Aquisição
- Produtos fornecidos pelo cliente
- Identificação e rastreabilidade do produto
- Controle de processos: inspeção e ensaios
- Equipamentos de inspeção, medição e ensaios
- Situação da inspeção e ensaios
- Controle de produto não conformes
- Ação corretiva
- Manuseio, armazenamento, embalagem e expedição
- Registros da qualidade
- Auditorias internas da qualidade
- Treinamento
- Assistência técnica
- Técnicas estatísticas



Flexa Ribeiro e Cícero Lucena na reunião de comissões do Parlatino

Parlatino se reúne no Interlegis

Representantes dos 23 países que integram o Parlamento Latino-Americano (Parlatino) estiveram no Interlegis, em Brasília, para a abertura das reuniões de comissões, em 29 de agosto. Os debates foram sobre saúde, meio ambiente, trabalho, turismo, segurança, agricultura, direitos humanos.

O presidente do grupo brasileiro e vice-presidente pelo Brasil no Parlatino, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), destacou que, quando há transparência nas ações do Congresso, o país é mais democrático.

— As discussões podem ser acompanhadas pelo Brasil inteiro, e o cidadão pode participar com informações e sugestões. O Interlegis tem papel preponderante nisso — disse, sobre transmissão do encontro via internet.

O próximo encontro do Parlatino será no Uruguai, entre os dias 27 e 29 de setembro.

Município gaúcho de São Jerônimo recebe técnicos

A Câmara Municipal de São Jerônimo (RS) já faz parte do Projeto de Modernização Legislativa.

A iniciativa partiu do gabinete do senador Paulo Paim (PT-RS), que solicitou ao Interlegis a realização de estudos preliminares e posterior sugestão de ações modernizantes. O diretor do programa, Haroldo Tajra, saudou a parceria e espera que os demais senadores também auxiliem o Interlegis no esforço de modernização das Casas legislativas brasileiras.

Entre os dias 29 e 31 de

agosto, equipe de técnicos do Projeto de Modernização Legislativa — Higino Vieira, José Bonifácio, Adalberto Alves e Adeline Bezerra — foi à cidade gaúcha, onde promoveu oficina de implantação do Portal-Modelo, ferramenta tecnológica desenvolvida pelo Interlegis com base em softwares livres.

Agora, a Câmara de Municipal de Vereadores de São Jerônimo já conta com a própria página na internet, com várias funcionalidades e sem custo nenhum para o município.

Porta-retratos



Na foto de José Bonifácio, do Interlegis, painel na Câmara de Rondonópolis (MT) mostrando riquezas e história da cidade.

Saberes INTERLEGIS

Em breve, novas turmas de ensino a distância

Inscrições no portal saberes.interlegis.leg.br

Cursos gratuitos

Site ajuda na escolha de candidato

Portal do TSE traz informações sobre todos os postulantes nas eleições municipais deste ano

Quem quiser conhecer melhor os candidatos a vereador, prefeito e vice-prefeito nas eleições deste ano conta com uma ferramenta virtual desenvolvida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No site *divulgacand2012.tse.jus.br* encontram-se informações detalhadas sobre cada candidato, de dados pessoais, grau de instrução e ocupação profissional, a informações sobre o deferimento da candidatura e o limite de gastos de campanha.

Todos os dados são de responsabilidade do candidato, informados no momento do pedido do registro de candidatura. Os

candidatos, nesse serviço, estão divididos por estado. Na coluna da esquerda, estão as informações nacionais.

Neste ano, nos 5.564 municípios brasileiros, 449 mil pessoas se candidataram às vagas de vereador. O número varia, conforme são publicados os resultados de indeferimentos e recursos nos tribunais eleitorais.

Houve um crescimento de 28,7% em relação a 2008, quando 348.793 se candidataram. Naquela ocasião, havia 51.992 vagas para vereador em todo o país. Graças à Emenda Constitucional 58/09, o número passou para 57.432, acréscimo de 10,4%.

As candidaturas às câmaras municipais

SITUAÇÃO	Nº DE CANDIDATOS
Aguardando julgamento	648
Cancelado	434
Renúncia	9.804
Falecido	89
Cassado	3
Não conhecimento do pedido	336
Indeferido	16.372
Deferido	410.174
Indeferido com recurso	8.960
Deferido com recurso	2.652
Cassado com recurso	8
	449.480

Situação em 3 de setembro de 2012

Verificou-se expressivo crescimento na participação de mulheres na disputa eleitoral. Segundo dados do TSE, o percentual de candidatas às vagas

de vereador atingiu 32,57% — acima, portanto, do que estabelece a Lei das Eleições (Lei 9.504/97). É a primeira vez que os partidos políticos e

coligações atingem o percentual de 30% da chamada cota de gênero.

Em 2008, o percentual havia sido de 19,84% — ou seja, 69.200 candidatas. Portanto, de lá para cá, houve variação de 111% no número de mulheres candidatas.

Cota de gênero

O artigo 10 da Lei das Eleições determina que “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”. A cota eleitoral de gênero tem por objetivo garantir maior participação das mulheres na vida política do país.

Estímulo à presença das mulheres na política

O universo legislativo reflete o baixo nível de participação política das mulheres no Brasil. Para mudar o quadro, algumas Casas legislativas — por exemplo, o Senado, a Câmara dos Deputados e a Câmara Municipal de Guarulhos (SP) — aderiram ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEPM), da Presidência da República.

O objetivo é promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas organizações públicas e privadas e nas instituições por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional.

O Senado participa do programa, que começou em 2005, desde o ano passado. Esta já é a quarta edição. Foi criado um comitê gestor ligado à Diretoria-Geral do Senado, com representantes da Secretaria-Geral da Mesa, das secretarias de Editoração e Publicações, de Comunicação Social, de Estágios e de Polícia e da Comissão de Gestores de Contratos.

A coordenação é da Secretaria de Recursos Humanos.

Maria Terezinha Nunes, uma das coordenadoras do programa no Senado, explica que os procedimentos passam pela capacitação técnica, pela apresentação do programa de ações, pela criação do guia operacional, pela definição de ações locais em gestão de pessoas e cultura organizacional e pela avaliação por um comitê externo de especialistas.

A organização que atingir mais de 70% das metas receberá o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça. De acordo com o site da SEPM, é o reconhecimento do trabalho feito para alcançar a equidade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, eliminando todas as formas de discriminação, evidenciando publicamente o compromisso da organização com a equidade de gênero e étnico-racial na promoção da cidadania e a difusão de práticas exemplares no mundo do trabalho para a efetivação da equidade.

Mais informações estão no portal *sepm.gov.br*.

Apelo pela paz no Dia Internacional da Democracia

O 15 de setembro foi declarado pela Organização das Nações Unidas como o Dia Internacional da Democracia. Há 15 anos, nessa data, foi lançada no Cairo a Declaração Universal sobre a Democracia, assinada por 128 países.

No texto, os parlamentares ressaltam que “a democracia é um ideal universalmente reconhecido e um objetivo fundado em valores comuns a todos os povos que formam a comunidade mundial, independentemente das diferenças culturais, políticas, sociais e econômicas”.



População da Síria luta por democracia nas ruas de Idlib

Conflitos como a guerra civil na Síria, a Primavera Árabe, processos eleitorais viciados e ditaduras mostram que os princípios da democracia ainda não são realidade para milhões de pessoas.

Uma série de eventos em todo o mundo comemora a

data. Em Genebra, a União Interparlamentar participou de evento no Palácio das Nações da ONU. Parlamentares e o público puderam participar por meio de mídias sociais. O Senado tem participado da mobilização mundial que lembra a data.

Arquivos buscam se integrar e ampliar acessos

Em 2 e 3 de outubro vai ocorrer o 4º Encontro dos Arquivos do Legislativo (EAL), em Salvador, com participação do Interlegis. O tema é “Possibilidades de ampliação do acesso e da gestão nos arquivos do Poder Legislativo: perspectivas e desafios”.

Especialistas serão distribuídos em três mesas-redondas: “A Lei 12.527/11 e a ampliação do

acesso nos arquivos do Poder Legislativo”, “O papel das novas tecnologias na ampliação do acesso e da gestão nos arquivos do Poder Legislativo” e “Perspectivas e desafios na ampliação da gestão nos arquivos do Poder Legislativo”.

O encontro é uma realização paralela ao Congresso Nacional de Arquivologia e busca

ampliar a integração entre as Casas legislativas nas instâncias federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, por meio da disseminação de conhecimento arquivístico, rotinas e metodologias empregadas na produção de documentos, na administração e na preservação de acervos e das informações e nos serviços oferecidos ao público.

Ouvidorias Legislativas

O INTERLEGIS vai promover em abril um encontro nacional de ouvidorias de câmaras municipais, em Salvador. O anúncio foi feito durante o Encontro Estadual de Ouvidorias de Câmaras Baianas, realizado dia 31 de agosto em parceria com a câmara soteropolitana.

O objetivo foi difundir o trabalho dos órgãos, trocar experiências e capacitar os servidores do Poder Legislativo de cidades do interior e de outras entidades.

Além de 26 servidores legislativos, o evento teve presença de representantes da Ouvidoria estadual, Defensoria Pública estadual, Conselho de Direitos de Pessoas com Deficiência, União Nacional das Mulheres Negras e da Ouvidoria do Senado.

Após a palestra de Ana Lucia Novelli, assessora da Diretoria-Geral do Senado, sobre o papel das ouvidorias no Poder Legislativo, houve debate. Em seguida, as ouvidorias da Câmara de Salvador, do Senado e

representantes das câmaras dos municípios baianos de Mata de São João, Lapão e Cardeal da



Ana Lucia Novelli, do Senado

Silva relataram suas experiências e discutiram situações em comum.

Jones Carvalho, ouvidor-geral da Bahia e que também preside a Associação Nacional dos Ouvidores Públicos, assinalou que uma ouvidoria bem estruturada, especialmente numa câmara municipal, “é um espaço privilegiado para a população falar com o setor público e seus representantes e pode tornar-se uma eficiente ferramenta nas mãos do cidadão, para uma

participação mais efetiva no processo político”.

A vereadora Olívia Santana, ouvidora da Câmara de Salvador, entende que cada parlamentar é, também, um ouvidor, “já que deve procurar, constantemente, apurar as demandas, sugestões e reclamações diretamente da população”. No entanto, segundo ela, as informações levantadas pela ouvidoria facilitam ao parlamentar a mediação e a busca de soluções para as cidades.